

2003-04-29*050563

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS HORTA E COSTA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

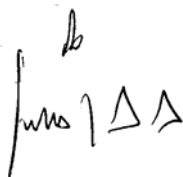
Exmo. Senhor
Dr. Álvaro Dâmaso
Presidente do Conselho de Administração
ICP - Autoridade Nacional de Comunicações
Av. José Malhoa, 12
1099-017 LISBOA

Assunto: Desenvolvimento da rede postal pública e da oferta de serviços

Exmo. Senhor, *Exmo. Presidente*

Na sequência do vosso ofício nºANACOM-S01683/2003, de 26.03.2003, e no âmbito da audição em curso promovida por essa Autoridade relativamente aos objectivos de desenvolvimento da rede postal pública e de ofertas mínimas de serviços, nomeadamente no que concerne à disponibilidade de acesso da rede postal pública e aos serviços postais concessionados, junto se enviam comentários e observações dos CTT relativos às questões colocados no documento da referida audição.

Com os meus melhores cumprimentos,



CTT CORREIOS DE PORTUGAL, SA

Rua de S. José, 20 • 1166-001 LISBOA • Tel. 21 322 74 00 • Fax: 21 322 77 38
R. de S. José, 20 — N.º Pessoa Colectiva 500 077 568 — Capital Social € 533 800 274,97 — Inscrita CRC Lisboa n.º 1697



**Audição sobre o Convénio de objectivos de desenvolvimento da rede postal pública
e de ofertas mínimas de serviços**

- Comentários -

No âmbito da audição em curso promovida pela ANACOM, com o objectivo de identificar opiniões e preocupações dos cidadãos e demais entidades interessadas relativamente aos objectivos de desenvolvimento da rede postal pública e de ofertas mínimas de serviços, nomeadamente no que concerne à disponibilidade de acesso da rede postal pública e aos serviços postais concessionados aos CTT, a análise às questões colocadas no referido documento merece-nos os seguintes comentários:

- Questão 1

Em termos de acesso à rede postal pública e conforme resulta da informação que caracteriza os serviços postais concessionados, Portugal revela, em termos europeus, um elevado nível de penetração de estabelecimentos postais e de marcos e caixas de correio destinados à recolha de envios postais.

No caso concreto da rede de balcões dos CTT, composta por 3 865 estabelecimentos postais (1090 estações de correio e 2775 postos de correio), e dos respectivos dados referentes aos indicadores de densidade e de cobertura, a dimensão da rede de estabelecimentos postais apresenta uma densidade de cobertura postal de cerca de 1,5 vezes a média comunitária.

Atendendo, ainda, aos fracos níveis de utilização dos serviços postais verificados em Portugal, que traduzem uma capitação postal situada apenas, aproximadamente, em cerca de 55% da média dos países da UE, a dimensão da rede de estabelecimentos postais apresenta um claro sobredimensionamento face à respectiva procura.

A manutenção e desenvolvimento da actual rede de estações de correio, que se revela de elevada capilaridade e claramente sobredimensionada face à respectiva procura, em particular em áreas do interior do país, comporta um elevado custo económico, pelo que se torna fundamental evoluir para soluções inovadoras a nível da gestão da rede, dando enfoque à adaptação e optimização segmentada da oferta de produtos / serviços à procura, desenvolvendo formas e modelos alternativos de prestação de serviços de atendimento e identificando e implementando novos produtos e serviços próprios e de terceiros, com vista à redução da base de custos da rede e rentabilização da infra-estrutura instalada.



No que se refere às populações com necessidades especiais, é de referir que, a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida aos serviços postais constitui igualmente uma preocupação dos CTT. Assim, na instalação de novos estabelecimentos postais e na reinstalação dos já existentes, sempre que o espaço e a localização o permita, são cumpridas as normas técnicas de eliminação de barreiras arquitectónicas, tendo em vista a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada.

- **Questão 2**

Para além da dispersão geográfica e da densidade populacional, os objectivos de desenvolvimento da rede postal pública devem ter em consideração as necessidades e níveis de procura das diferentes comunidades e segmentos de clientes e critérios de racionalidade e rentabilidade económica e social e empresarial.

Os objectivos de desenvolvimento da rede postal pública exigem, do nosso ponto de vista, um necessário e cuidado balanceamento entre:

- Por um lado, a necessidade de garantir a toda a comunidade de cidadãos e empresas um serviço postal universal, com características de universalidade geográfica de acessibilidade a preços razoáveis;
- Por outro lado, a indispensabilidade de assegurar a viabilidade económica da rede postal pública, veiculadora de serviços universais e de qualidade, que lhe confere um carácter de infraestrutura básica com custos fixos muito elevados.

- **Questão 3**

Os indicadores apresentados, os quais consideram a densidade e cobertura da rede, revelam-se suficientes face aos objectivos enunciados a nível do convénio a estabelecer no âmbito do desenvolvimento da rede postal pública.

De referir, no entanto, que a enunciação dos indicadores e sua conseqüente quantificação exige uma clara e inequívoca definição das variáveis que compõem esses mesmos indicadores. Deste modo, e atendendo a que o conceito de “lugar” não corresponde a nenhuma divisão territorial administrativa instituída, nem se encontra referenciado para fins estatísticos, reitera-se o nosso entendimento de que o conceito de “lugar” deve ser substituído por um que reflecta uma das divisões territoriais administrativas e normalmente utilizado para fins estatísticos, como é o caso da freguesia, a unidade administrativa de base.



Assim, considera-se que os indicadores referidos em 3º e 4º lugar devem referir-se à % de freguesias com 1000 ou mais residentes e % de freguesias com menos de 1000 residentes, com estações ou postos de correio.

- Questão 4

À semelhança do que se verifica na definição de outros indicadores caracterizadores dos serviços postais, a unidade territorial de referência a considerar na definição de valores para a densidade de estabelecimentos postais (estações de correio e postos de correio) deverá ser o total nacional. A eventual desagregação dos indicadores por zonas geográficas deverá considerar sempre unidades geográficas agregadoras, unidades essas que devem ser consistentes com as zonas consideradas em termos de planeamento da rede postal, como é o caso das direcções comerciais.